

Gros inicia a negociação

Depois dos contatos feitos na semana passada pelo ministro Funaro com autoridades norte-americanas, o presidente do Banco Central, Francisco Gros, encontra-se esta tarde, em Nova York, com o coordenador do comitê de assessoramento da dívida brasileira, William Rhodes, para iniciar formalmente a renegociação com os banqueiros. Gros vai insistir num acordo independente do FMI, tese defendida por Funaro em todos os seus contatos e apoiada ontem por um dos diretores da Junta da Reserva Federal, Robert Heller.

Para Heller, o enfoque adotado pelas autoridades brasileiras na questão da dívida — conversar primeiro com os países credores para depois tentar o acordo com os bancos — é “construtivo”. Ele acha que é possível chegar a esse acordo sem o aval do FMI, desde que o Brasil apresente um bom plano para negociar, mas não especificou como deveria ser esse plano.

Já o encontro entre Gros e Rhodes será bem mais específico. De Tóquio, onde acompanhava Funaro, o presidente do BC seguiu para Nova York com a missão de preparar terreno para as próximas negociações em torno da renovação dos chamados projetos 3 e 4, a vencer no dia 31 de março, que totalizam US\$ 15,5 bilhões em linhas de crédito e empréstimos interbancários.

Segundo o principal negociador da dívida brasileira, Antonio de Pádua Seixas, do BC, que realizou os primeiros contatos com os banqueiros em Nova York, essas negociações devem desenvolver-se por dois caminhos: o Brasil pode pedir a renovação dos créditos por três meses (abril, maio e junho) ou então obter o apoio dos bancos (cerca de 200) para a manutenção dos créditos por tempo indefinido, até que se conclua a renegociação global da dívida, que é estimada atualmente em US\$ 111 bilhões — o que inclui os débitos de curto, médio e longo prazos.

Banqueiros

O governo Reagan recomendou aos bancos americanos preparar suas reservas para a eventualidade de a moratória brasileira se estender por mais de 90 dias, tempo máximo previsto pela legislação americana para que as dívidas contabilizadas pelos bancos sejam mantidas em aberto. Findo esse prazo — ou seja, em fins de maio, três meses depois de decretada a moratória — os bancos serão obrigados por lei a recorrer a suas reservas para não registrar prejuízos em seus balanços.

Numa reunião realizada em Washington na semana passada, os três principais organismos bancários dos EUA — a Junta da Reserva Federal, a Corporação Federal de Seguro de Depósitos e a Junta Controladora da Moeda — estudaram atentamente a decisão brasileira. Justamente para não complicar ainda mais a situação criada pelo Brasil, um funcionário bancário explicou à agência Reuter que decidiu-se não dar uma classificação ruim à dívida brasileira junto aos bancos privados.

Na verdade, segundo Peter Torday, da Reuter, a moratória decretada pelo Brasil obrigou os EUA a reverem toda a sua estratégia para tratar a dívida do Terceiro Mundo (o chamado Plano Baker). “Cada vez que isso acontece, aumenta a resistência a novos empréstimos”, disse um banqueiro. “O Plano tem de ser constantemente revisto, para se encontrar formas adicionais de ajuda”, comentou, por sua vez, o novo assessor de Segurança Nacional de Reagan, Frank Carlucci.